

Estados pedem US\$ 200 milhões para o corredor

Os governadores Albuíno Azeredo, do Espírito Santo, e Hélio Garcia, de Minas Gerais, e representantes dos Governos do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal reivindicaram ontem, em Vitória, investimentos federais da ordem de US\$ 200 milhões (Cr\$ 119,81 bilhões no câmbio comercial) para a viabilização do corredor de exportação que interliga estes seis Estados. A quantia, segundo afirmaram, vai permitir a eliminação dos gargalos nas ferrovias da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e aumentar a capacidade de armazenamento de grãos do complexo portuário capixaba.

O pleito dos Estados foi feito logo após a assinatura de um convênio, no Palácio Anchieta, através do qual foi criado o Conselho Interestadual de Desenvolvimento do Corredor de Transportes Centroleste (a nova designação do corredor de exportação ES/MT/MS/MG/GO/DF). Este conselho, conforme explicou Albuíno Azeredo, vai unir esforços dos seis governos para que o projeto do corredor saia do papel e venha transformar a realidade sócio-econômica da região. "Queremos desenvolver as economias destes Estados, mas para atrair investimentos privados precisamos solucionar os problemas de estrangulamento de alguns trechos das ferrovias que cruzam o Centro-Oeste em direção ao Espírito Santo".

Crédito

Ao abrir a solenidade de criação do conselho, Albuíno Azeredo afirmou que o corredor promoverá o desenvolvimento regional num momento em que o Governo federal assiste a uma queda de 20% na produção de grãos do país. "É uma alternativa concreta apresentada pelos Estados para impulsionar a produção de alimentos. Nosso projeto vai ampliar os investimentos agropecuários na região do Cerrados, mas é preciso também mais crédito para os produtores, com custo compatível com a realidade que enfrentam. O subsídio à agricultura tem de ser mantido".

O representante de Goiás, o vice-governador Luiz Alberto Maquito Vilela, frisou que o Centro-Oeste ainda é uma fronteira agrícola em expansão,



Albuíno, Hélio Garcia e os representantes de mais quatro Estados discutiram o corredor de exportação

com capacidade de produção 30 vezes maior que a atual. "O Cerrado ainda não foi totalmente explorado por falta de um sistema de escoamento mais acessível aos produtores. O corredor Centroleste vai incentivar novos investimentos, permitindo colheitas de grãos bem superiores às verificadas nos últimos anos". O governador de Minas Gerais também mostrou-se otimista quanto ao impacto do corredor na produção de grãos. "Poderemos nos transformar em breve num grande produtor mundial de alimentos".

Para Garcia, é o setor agrícola que apresenta o maior potencial de reverter o atual quadro recessivo da economia. Conforme afirmou no encontro, os investimentos na agricultura apresentam retorno quase que imediato. "É o único que pode, a curto prazo, desde que receba o estímulo do crédito, conseguir ampliar a produção", justificou. O corredor Centroleste, em sua opinião, é uma prioridade para o país, dada a sua capacidade de fomento da atividade empresarial. "O Governo de Minas quer viabilizar o projeto e somará esforços aos demais Estados para que mereça a devida atenção do Governo federal". Já o representante do Gover-

no do Distrito Federal, o secretário de Transportes Marcelo Perrupato, disse que o governador Joaquim Roriz passou a abraçar o projeto dada a importância econômica para o Cerrados e social para Brasília. "O corredor conterà o êxodo para a capital do país".

Apoio

Além dos dois governadores e dos representantes estaduais, participaram da solenidade os presidentes da CVRD e RFFSA, respectivamente Wilson Bruner e Martiniano Lauro Amaral de Oliveira. Eles defenderam a iniciativa dos seis Estados e garantiram total apoio ao corredor. Bruner informou que a ferrovia da empresa ligará Vitória a Belo Horizonte no final deste ano, graças às obras que estão sendo concluídas na periferia da capital mineira. "É um sonho que acalentávamos há 30 anos". Para ele, a privatização da Usiminas também contribuirá para ampliar o volume de cargas pelo corredor Centroleste, por causa da possibilidade de se verticalizar, a partir de investimentos privados, a produção da empresa.

O presidente da RFFSA revelou que, além do corredor Minas—Goiás—Espírito Santo, a empresa tem interesse em viabilizar o Corredor Sul de Vitória. Ele disse que, mesmo com problemas de recursos, a RFFSA tem planos de investir na Estrada de Ferro Leopoldina para incrementar o escoamento de cargas do Norte fluminense e do pólo marmoreiro de Cachoeiro de Itapemirim até o Porto de Vitória, mas será preciso que a sociedade como um todo compreenda que a empresa precisa de recursos do Governo federal para modernizar suas ferrovias em todo o país".

Por último, falaram os presidentes da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Wilson Calmon, e da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), Sérgio Rogério de Castro. Ambos destacaram a importância do corredor e do potencial para atrair investimentos para o Estado. Rogério de Castro disse que a iniciativa privada capixaba está unida aos governadores no projeto e Calmon, por sua vez, revelou que a Codesa já está se preparando para receber o grande volume de cargas que chegará ao Estado.

Empresas definem ferrovia

A intenção de se construir no Espírito Santo uma Ferrovia Norte-Sul e uma fábrica de celulose, por parte da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), vai ser analisada definitivamente por empresas de consultoria, a fim de se ter um laudo de viabilidade técnica e econômica. O ministro da Infra-Estrutura, João Santana, assinou ontem dois documentos com esse objetivo, entre o Governo do Estado, Florestas Rio Doce, Aracruz Florestal e Bahia Sul. Somente para a consultoria da ferrovia será gasto Cr\$ 200 milhões, enquanto que o estudo para a fábrica de celulose ainda não tem valor definido.

A Ferrovia Norte-Sul é um trecho de 220 a 250 quilômetros (dependendo do traçado a ser indicado pela consultoria) entre as cidades de

Aracruz (ES) e Mucuri (BA). Recentemente, o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico, Paulo Augusto Vivacqua, estimou um custo de US\$ 1 bilhão (Cr\$ 599 bilhões). O secretário não soube precisar se a empresa encarregada de fazer a consultoria do projeto será a Enefer, considerada pelos especialistas do setor como a melhor empresa do gênero.

Essa estrada férrea terá como principal objetivo o transporte de madeiras para a fábrica de celulose Bahia Sul, além do transporte do produto final dessa indústria para o Porto de Celulose de Aracruz (Portocel). A expectativa do Governo é que a estrada ferroviária intensifique o transporte de cargas de toda a região Norte capixaba e do Sul baiano.

Governo vai estudar reajuste a aposentado

Brasília — O presidente Fernando Collor determinou ontem a criação de uma comissão de juristas para analisar se os benefícios de aposentados e pensionistas devem continuar sendo corrigidos pela variação do salário mínimo. Os aposentados reivindicam um reajuste de seus benefícios de 147%, índice aplicado em setembro para a correção do mínimo. Naquele mês, os aposentados receberam reajuste de 57%. Ontem, num encontro com o presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros, Collor afirmou que pagará o reajuste aos aposentados caso a conclusão da comissão seja pela manutenção da equiparação entre benefícios e salário-mínimo.

O reajuste do mínimo não foi repassado para as aposentadorias e pensões devido a uma divergência de interpretação da legislação em vigor. Para os aposentados, a vinculação entre a variação do mínimo e os benefícios só deixará de existir quando o Plano de

sentadorias e pensões deixou de ser feita pelo salário mínimo e passou a ser calculada pela variação dos preços da cesta básica e, a partir de setembro, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os aposentados reclamam que a mudança os fez perder uma correção de 147% em seus proventos a partir de setembro, desde que a lei entrou em vigor.

O ministro chegou a se irritar quando perguntado sobre as manifestações contra a Lei de Custeio e Benefícios. "Eu já estou de saco cheio com a demagogia de meia dúzia de deputados e sindicalistas, que só estão contribuindo para gerar uma falsa expectativa nos aposentados", disse. Magri sustentou ainda que o Governo vai recorrer das liminares que já foram concedidas pela Justiça Federal.

Estados, mas para atrair investimentos privados precisamos solucionar os problemas de estrangulamento de alguns trechos das ferrovias que cruzam o Centro-Oeste em direção ao Espírito Santo”.

Crédito

Ao abrir a solenidade de criação do conselho, Albuíno Azeredo afirmou que o corredor promoverá o desenvolvimento regional num momento em que o Governo federal assiste a uma queda de 20% na produção de grãos do país. “É uma alternativa concreta apresentada pelos Estados para impulsionar a produção de alimentos. Nosso projeto vai ampliar os investimentos agropecuários na região do Cerrados, mas é preciso também mais crédito para os produtores, com custo compatível com a realidade que enfrentam. O subsídio à agricultura tem de ser mantido”.

O representante de Goiás, o vice-governador Luiz Alberto Maquito Vilela, frisou que o Centro-Oeste ainda é uma fronteira agrícola em expansão,

de um sistema de escoamento mais acessível aos produtores. O corredor Centroleste vai incentivar novos investimentos, permitindo colheitas de grãos bem superiores às verificadas nos últimos anos”. O governador de Minas Gerais também mostrou-se otimista quanto ao impacto do corredor na produção de grãos. “Podemos nos transformar em breve num grande produtor mundial de alimentos”.

Para Garcia, é o setor agrícola que apresenta o maior potencial de reverter o atual quadro recessivo da economia. Conforme afirmou no encontro, os investimentos na agricultura apresentam retorno quase que imediato. “É o único que pode, a curto prazo, desde que receba o estímulo do crédito, conseguir ampliar a produção”, justificou. O corredor Centroleste, em sua opinião, é uma prioridade para o país, dada a sua capacidade de fomento da atividade empresarial. “O Governo de Minas quer viabilizar o projeto e somará esforços aos demais Estados para que mereça a devida atenção do Governo federal”. Já o representante do Gover-

so para a abração do projeto dada a importância econômica para o Cerrados e social para Brasília. “O corredor conterà o êxodo para a capital do país”.

Apoio

Além dos dois governadores e dos representantes estaduais, participaram da solenidade os presidentes da CVRD e RFFSA, respectivamente Wilson Bruner e Martiniano Lauro Amaral de Oliveira. Eles defenderam a iniciativa dos seis Estados e garantiram total apoio ao corredor. Bruner informou que a ferrovia da empresa ligará Vitória a Belo Horizonte no final deste ano, graças às obras que estão sendo concluídas na periferia da capital mineira. “É um sonho que acalentávamos há 30 anos”. Para ele, a privatização da Usiminas também contribuirá para ampliar o volume de cargas pelo corredor Centroleste, por causa da possibilidade de se verticalizar, a partir de investimentos privados, a produção da empresa.

em viabilizar o Corredor Sul de Vitória. Ele disse que, mesmo com problemas de recursos, a RFFSA tem planos de investir na Estrada de Ferro Leopoldina para incrementar o escoamento de cargas do Norte fluminense e do pólo marmoreiro de Cachoeiro de Itapemirim até o Porto de Vitória, mas será preciso que a sociedade como um todo compreenda que a empresa precisa de recursos do Governo federal para modernizar suas ferrovias em todo o país”.

Por último, falaram os presidentes da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Wilson Calmon, e da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines), Sérgio Rogério de Castro. Ambos destacaram a importância do corredor e do potencial para atrair investimentos para o Estado. Rogério de Castro disse que a iniciativa privada capixaba está unida aos governadores no projeto e Calmon, por sua vez, revelou que a Codesa já está se preparando para receber o grande volume de cargas que chegará ao Estado.

Foto de Gillo Loyola



João Santana garantiu a Albuíno apoio do Governo ao término das obras físicas do corredor de exportação

Santana garante o fim das obras

O ministro da Infra-Estrutura, João Eduardo Santana, garantiu ontem as obras necessárias para a plena operacionalização do Corredor de Exportação MT/MS/GO/DF/MG e ES, durante uma rápida visita que ele fez ao Estado. João Santana afirmou, durante uma entrevista coletiva no aeroporto de Goiabeiras, que os principais pontos de estrangulamento desse traçado férreo de 1.400 quilômetros já estão sendo sanados. Segundo ele, as obras necessárias já estão em fase de licitação para concorrência pública.

Proseguindo em seu raciocínio, o ministro Santana fala: “O que eu posso dizer é que a Vale do Rio Doce já assumiu o ramal de Capitão Lacerda, que faz com que a Vale chegue até Belo Horizonte, e até o final do ano isso estará pronto”. João Santana também informa que tanto as obras de transposição das composições ferroviárias na cidade de Belo Horizonte quanto para a variante na Serra do Tigre (MG) o serão construídas. Essas últimas obras estão sob a responsabilidade da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), acrescentou.

“Já há decisão de se fazer as obras necessárias para concluir essa parte do corredor de exportação”, reafirmou enfaticamente o ministro. “Isso será feito. Agora, quanto ao custo, nós não nos assustamos com ele, porque serão obras necessárias”, explicou. Santana justificou a sua presença no Espírito Santo ontem, alegando que vinha lançar as bases de um projeto de desenvolvimento e de integração da Vale do Rio Doce com o capital privado.

Para o titular do Ministério da Infra-Estrutura, a sua avaliação é de que o Espírito Santo dispõe de excelentes condições naturais para a viabilização do Corredor de Exportação MT/MS/GO/DF/MG e ES. Santana fez um sobrevôo de helicóptero, juntamente com o presidente da Vale, Wilson Brummer e, o governador Albuíno, objetivando conhecer as instalações portuárias da Grande Vitória.

Albuíno prevê criação de empregos

O governador Albuíno Cunha de Azeredo destacou ontem que, com a assinatura do convênio que instituiu o Conselho Interestadual de Desenvolvimento do Corredor de Exportação MT/MS/GO/DF/MG e ES, o Estado passa a ter uma retomada do desenvolvimento. Ainda sem os estudos sobre o impacto do corredor na economia capixaba, encomendado ao Instituto Jones Santos Neves (IJSN) pelo Governo, Albuíno previu uma geração de empregos adicional: aumento da receita do Estado e a retomada do desenvolvimento.

Com consolidação de uma base legal, o Conselho Interestadual de Desenvolvimento do Corredor de Exportação, o governador já começa a contabilizar os primeiros resultados. Ainda ontem, durante a solenidade com os representantes

dos outros cinco Estados participantes no projeto, Albuíno assinou um protocolo de intenções com os empresários da Ceval, uma empresa de esmagamento e de beneficiamento de soja ligada ao grupo catarinense Hering. O investimento global estimado é de US\$ 30 milhões (Cr\$ 17,97 bilhões), e com capacidade de produzir anualmente até 800 mil toneladas de óleo de soja e margarina.

“Os resultados do corredor já estão vindo”, destacou Albuíno. Para ele, com o conselho instalado ontem, o objetivo é montar uma articulação operacional do Corredor entre os seis Estados, em busca de uma integração maior entre a ferrovia e o complexo portuário. “A articulação política nós conseguimos em encontros anteriores”, assinalou. Uma outra questão a ser discutida pelos membros do conse-

lho, além da criação da empresa controladora do corredor, é o processo de estadualização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

Ainda dentro do aspecto de desenvolvimento regional, o governador lembrou a assinatura de dois documentos com a CVRD, com a interveniência do ministro da Infra-Estrutura, João Santana. O primeiro foi um convênio para a realização de estudos de viabilidade técnica e econômica para a construção de uma ferrovia entre o Norte do Estado e o Sul da Bahia. Nesse convênio, João Santana destinou Cr\$ 200 milhões para os estudos. O segundo documento assinado foi um protocolo de intenções para os estudos técnicos e econômicos que apontarão o local onde será construída a fábrica de celulose da Vale do Rio Doce.

reajuste a aposentado

Brasília — O presidente Fernando Collor determinou ontem a criação de uma comissão de juristas para analisar se os benefícios de aposentados e pensionistas devem continuar sendo corrigidos pela variação do salário mínimo. Os aposentados reivindicam um reajuste de seus benefícios de 147%, índice aplicado em setembro para a correção do mínimo. Naquele mês, os aposentados receberam reajuste de 57%. Ontem, num encontro com o presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros, Collor afirmou que pagará o reajuste aos aposentados caso a conclusão da comissão seja pela manutenção da equiparação entre benefícios e salário-mínimo.

O reajuste do mínimo não foi repassado para as aposentadorias e pensões devido a uma divergência de interpretação da legislação em vigor. Para os aposentados, a vinculação entre a variação do mínimo e os benefícios só deixará de existir quando o Plano de Custeio e Benefícios da Previdência estiver regulamentado. Para o Governo, a vinculação deixou de existir a partir do momento em que o plano passou a ser implementado, apesar de ainda não estar regulamentado.

— Fiz um apelo ao presidente para o pagamento aos aposentados e ele me respondeu que a decisão depende da avaliação do grupo de juristas — disse Medeiros.

Ações

O ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antônio Rogério Magri, disse ontem em Curitiba que as ações judiciais movidas por aposentados de todo o país, reivindicando a correção das aposentadorias e pensões, “não terão nenhum efeito”. Segundo Magri, a Lei de Custeio e Benefícios da Previdência, sancionada recentemente pelo presidente Fernando Collor, é auto-aplicável, isto é, passou a vigorar na data de sua promulgação, sem necessidade de ser regulamentada.

Pela nova lei, a correção das apo-

sentadorias e pensões deixou de ser feita pelo salário mínimo e passou a ser calculada pela variação dos preços da cesta básica e, a partir de setembro, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os aposentados reclamam que a mudança os fez perder uma correção de 147% em seus proventos a partir de setembro, desde que a lei entrou em vigor.

O ministro chegou a se irritar quando perguntado sobre as manifestações contra a Lei de Custeio e Benefícios. “Eu já estou de saco cheio com a demagogia de meia dúzia de deputados e sindicalistas, que só estão contribuindo para gerar uma falsa expectativa nos aposentados”, disse. Magri sustentou ainda que o Governo vai recorrer das liminares que já foram concedidas pela Justiça Federal.

■ O presidente Fernando Collor quer o fim das filas da Previdência. Impressionado com as cenas que tem visto na televisão nos últimos dias, mostrando aposentados nas filas para receber seus vencimentos e outros procurando a Justiça para requerer os 147% de aumento nos seus benefícios que alegam ter direito, Collor manifestou sua preocupação durante conversa ontem com o sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, em seu gabinete, no Palácio do Planalto. “Eu já disse para o Magri que tem que acabar com essas filas”, desabafou o presidente ao líder sindical. “Agora são duas filas. Uma de vocês (referindo-se às filas nos sindicatos para o ingresso na Justiça pelos 147% de reajuste) e outra nos bancos, por causa da mudança de datas do pagamento dos benefícios”, prosseguiu ele, mostrando-se muito irritado com o que tem visto. Segundo Medeiros, o presidente está “posseído” com as filas e quer encontrar meios de acabar com elas o quanto antes.

Marcílio quer 25% de alíquota única

Brasília — Um dia após a Receita Federal informar que o Governo iria propor uma alíquota única do Imposto de Renda na fonte de 10% e isenção para quem ganha até 3,5 salários mínimos, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem estar disposto a apoiar a proposta da comissão de notáveis sobre a reforma tributária de emergência, que defende uma alíquota única de 25%, com um patamar mais elevado de isenção (em torno de cinco salários mínimos). A posição de Marcílio demonstra que não há consenso dentro da equipe econômica sobre o assunto. A Receita Federal também quer, além da alíquota única de 10%, a cobrança no momento da declaração de um

imposto adicional de 15% ou 25% para salários mais elevados.

De acordo com o ministro, a reforma deve estabelecer uma mesma alíquota para o Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, de forma a evitar a sonegação. Fixando um único percentual, acredita Marcílio, o Governo dificultará a ação dos sonegadores.

Marcílio disse ainda que até o fim da semana o presidente Collor define qual das propostas apresentadas será encaminhada ao Congresso Nacional, no dia 1º de novembro.

A posição da Receita Federal é favorável à manutenção da progressividade do imposto, fixando uma alíquota única a todos os trabalhadores com renda superior a 3,5 mínimos e uma alíquota adicional para rendimentos mais elevados, em torno de US\$ 35 mil no ano. Marcílio, que está mais propenso a aceitar a sugestão da comissão de notáveis, lembra que uma alíquota de 25% seria razoável.